



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



LEI MUNICIPAL Nº. 747/2013.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAÍTA-MT, INTEGRANDO O CONSELHO DO FUNDEB COMO CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

TÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 1º - Observadas as diretrizes e bases para a organização da Educação Nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Estado de Mato Grosso, bem como a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, fica reestruturado o Conselho Municipal de Educação de Paranaíta – CME/PTA.

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação, regulamentado em Regimento Interno, órgão colegiado integrante da Rede Municipal de Ensino de Paranaíta, com atribuições normativa, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora, consultiva, propositiva, de controle social e de assessoramento, tem como objetivo:

I – Assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município e concorrer para elevar a qualidade dos serviços educacionais; e

II – Propugnar para que a educação seja direito de todos e assegurada mediante políticas educacionais, econômicas, sociais e culturais, visando garantir o acesso, o ingresso, a permanência e o sucesso à educação contínua e de qualidade sem qualquer discriminação e pela gestão democrática nas escolas municipais.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) passa a integrar o Conselho Municipal de Educação – CME/PTA, constituindo uma de suas Câmaras.

§ 1º - O Conselho Municipal de Educação de Paranaíta CME/PTA, será composto por duas Câmaras:

- I. Câmara de Educação Básica;
- II. Câmara do FUNDEB.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º - Compete ao Conselho:

- I. Promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;
- II. Zelar pela qualidade pedagógica e social da educação no município;
- III. Zelar pelo cumprimento da legislação vigente, no âmbito educacional dos entes federados;
- IV. Participar da elaboração e acompanhar a execução e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Paranaíta;
- V. Manter intercâmbio com os órgãos educacionais e outros Conselhos Municipais de Educação dos municípios e do Estado de Mato Grosso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



VI. Acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil e ensino fundamental, em todas as suas modalidades;

VII. Mobilizar a sociedade civil e o Estado para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino;

VIII. Dar publicidade quanto aos atos e demais ações do Conselho Municipal de Educação;

IX. Mobilizar a sociedade civil e o Estado para a progressiva extensão da jornada escolar para tempo integral;

X. Assessorar a promoção de eventos e/ou conferências para a discussão e/ou socialização de temas relevantes da educação em nível Nacional, Estadual e Municipal;

XI. Participar da elaboração e acompanhar a execução da política educacional do município de Paranaíta, pronunciando, em especial, sobre a ampliação de rede de escolas e a localização de prédios escolares;

XII. Fixar normas, nos termos da lei, para a Educação Básica e suas respectivas modalidades no âmbito do município;

XIII. Acompanhar e/ou propor a articulação da área educacional com programas de outras secretarias;

XIV. Participar na elaboração das políticas de reconhecimento, profissionalização e valorização dos profissionais da educação, visando à melhoria do seu desempenho profissional;

XV. Mobilizar a sociedade civil para a garantia da gestão democrática nas unidades escolares do município;

XVI. Acompanhar, controlar e fiscalizar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e demais recursos educacionais;

XVII. Conferir e emitir pareceres conclusivos acerca da aplicação, quanto às prestações de contas referentes aos Fundos e Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

XVIII. Supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da



proposta orçamentária anual, no âmbito do município, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

XIX – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos pelos programas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação); e

XX - Exercer outras atribuições, previstas em lei ou decorrentes de suas funções.

SEÇÃO IV DOS MEMBROS

Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 10 (dez) representantes do Poder Público e 11 (onze) representantes da sociedade civil, totalizando 21 (vinte e um) membros titulares e suplentes, eleitos e/ou indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados, por ato do Prefeito Municipal, que serão distribuídos em suas respectivas câmaras, da seguinte forma:

I – Câmara de Educação Básica:

- a)** um representante (titular/suplente) dos Servidores Públicos “Técnico e/ou Apoio Administrativo” (Poder Público);
- b)** um representante (titular/suplente) da Assessoria Pedagógica do Estado (Poder Público);
- c)** um representante (titular/suplente) do Poder Executivo Municipal (Poder Público);
- d)** um representante (titular/suplente) dos Professores do Ensino Fundamental (Poder Público);
- e)** um representante (titular/suplente) da Educação Infantil (Poder Público);
- f)** um representante (titular/suplente) da Educação Especial, preferencialmente pais de aluno (Sociedade Civil);
- g)** dois representantes (titular/suplente) eleitos pela sociedade civil organizada (Sociedade Civil);
- h)** um representante (titular/suplente) do SISPMUP, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sociedade Civil);
- i)** um representante (titular/suplente) dos pais de alunos da Educação Básica Pública (Sociedade Civil).

II – Câmara do FUNDEB:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Gestão 2013 - 2016

- a)** um(a) representante (titular/suplente) dos Diretores das Escolas (Poder Público);
- b)** um(a) representante (titular/suplente) dos Servidores Públicos “Técnico Administrativo” (Poder Público);
- c)** dois representantes (titular/suplente) do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos um da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente (Poder Público);
- d)** um(a) representante (titular/suplente) dos professores da Educação Básica Pública (Poder Público);
- e)** dois representantes (titular/suplente) dos pais de alunos da Educação Básica Pública (Sociedade Civil);
- f)** dois(duas) representantes (titular/suplente) dos estudantes da Educação Básica Pública (Sociedade Civil);
- g)** um(a) representante (titular/suplente) do Conselho Tutelar (Sociedade Civil);
- h)** um(a) representante do Conselho Municipal de Educação (Sociedade Civil).

Art. 6º - São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

I. cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II. tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. estudantes que não sejam emancipados; e

IV. pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) que prestam serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo Municipal, em que atuam os respectivos conselhos.

SUBSEÇÃO I DA ELEIÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E DA NOMEAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Art. 7º- O Poder Executivo, após assembléia realizada pela Secretaria Municipal de Educação, homologará a eleição e nomeará por decreto, os representantes de cada segmento empossando-os em até trinta dias da data da eleição.

§ 1º. O membro suplente substituirá o respectivo membro titular nos casos de ausência ou vacância.

§ 2º. Os membros do Conselho Municipal de Educação deverão residir no município de Paranaíta e deverão ser maiores de 18 anos.

Art. 8º - O Presidente do Conselho Municipal de Educação será eleito por seus pares em reunião do Conselho Pleno.

Art. 9º - A eleição do Presidente da Câmara do FUNDEB será nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

SEÇÃO V DO MANDATO

Art. 10 - Os representantes das entidades que compõem o Conselho Municipal de Educação e suas respectivas Câmaras terão os seguintes mandatos:

I - Câmara do FUNDEB: Mandato máximo de 2 (dois), permitida 1 (uma) recondução por igual período.

II – Câmara de Educação Básica: Mandato máximo de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período.

Art. 11 - É vedada a acumulação de representações, cada conselheiro(a) representa uma entidade com assento no Conselho.

§ 1º. O conselheiro pode ser substituído a qualquer tempo por interesse do segmento, órgão ou entidade representada ou, ainda, por afastamento definitivo conforme critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho, ressalvados os casos previstos na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§ 2º. Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeado novo membro que completará o mandato do anterior.

Art. 12 - O Presidente do Conselho Municipal de Educação, deverá,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



no prazo de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato dos conselheiros, mobilizar as instituições para convocação das assembléias que escolherão os novos representantes para a composição das Câmaras.

§ 1º - No caso do Presidente não cumprir o disposto no artigo acima competirá ao Secretário Municipal de Educação executar a ação.

SEÇÃO VI DA ORGANIZAÇÃO

Art. 13 - O Conselho Municipal de Educação organizar-se-á, realizará reuniões e aplicará penalidades de acordo com suas disposições estatutárias e regimentais.

Art. 14 - O Conselho Municipal de Educação atuará com autonomia nas atribuições que lhe compete.

Art. 15 - A atuação dos membros do Conselho Municipal de Educação:

I - Não será remunerada;

II - É considerada atividade de relevante interesse social;

III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro (a), e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado; e

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Art. 16 - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria da Educação garantirá os recursos e condições logísticas adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecerá ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Parágrafo único - Ao conselheiro residente na zona rural será concedida ajuda de custo para garantir sua participação nas reuniões com a devida comprovação de participação.

Art. 17 - As atribuições e funcionamento de cada Câmara serão definidos no Regimento Interno, assim como as normas de funcionamento e administração do Conselho Municipal de Educação, que deverão ser elaboradas com prazo máximo de 90 (noventa dias) após a publicação do decreto de nomeação dos membros.

§ 1º. Cada Câmara cuidará das matérias a ela pertinentes;

§ 2º. As matérias pertinentes a uma câmara serão estudadas e aprovadas em primeira instância por ela e, posteriormente, ratificadas pelo Conselho Pleno;

§ 3º. As matérias não ratificadas pelo Conselho Pleno, serão objetos de reexame;

§ 4º. Os Atos (Resoluções) aprovados pelo Conselho Pleno serão assinados pelos presidentes do Conselho e da respectiva câmara, e quando normativo será homologado pelo Secretário Municipal de Educação;

§ 5º O Regimento Interno será elaborado ou revisado pelo Conselho, sendo aprovado através de parecer por dois terços dos conselheiros titulares.

Art. 18 - São órgãos do Conselho Municipal de Educação:

- I** - a Plenária;
- II** - a Diretoria Executiva; e
- III** - as 02 (duas) Câmaras:

a) CÂMARA DO FUNDEB: Com função específica para o acompanhamento, Controle Social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos Recursos do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), além das competências previstas no art. 24, §§9º e 13 da Lei Federal nº 11.494/2007;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



b) CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: Com função mobilizadora, deliberativa, normativa e consultiva sobre os temas de sua competência.

Art. 19 - A Diretoria Executiva será composta por 04 (quatro) membros, escolhidos dentre os conselheiros titulares, para ocupar as seguintes pastas:

- I.** Presidência;
- II.** Vice-presidência;
- III.** 1º Secretário;
- IV.** 2º Secretário.

Art. 20 - A Diretoria de cada Câmara será composta por 04 (quatro) membros, escolhidos dentre os conselheiros titulares, para ocupar as seguintes pastas:

- I.** Presidência;
- II.** Vice-presidência;
- III.** 1º Secretário;
- IV.** 2º Secretário.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
Em, 02 de outubro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal